



R. A. Abreu
e. B.
C. M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

ATA Nº 07/2018

Reunião ordinária da Assembleia Municipal

Realizada no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito

-----Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no Edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando ainda presentes Maria Natália Gonçalves da Silva como primeira secretária e José Carlos Abreu Gonçalves como segundo secretário. -----

-----Estiveram presentes pelo Movimento Ribeira Brava em Primeiro: Teresa de Jesus Pestana Pestana Marcos, Celestino Gomes Sebastião, Jordão José Andrade de Abreu, Orlanda de Jesus Silva, Marco António Abreu Junqueira, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas, Zélia Maria Pereira da Encarnação e Ruben André Freitas Nunes. Pelo Partido Social Democrata: Cristina Maria de Sá Godinho, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, José Gilberto Abreu Andrade, José Jorge Fernandes Ornelas, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, André Geraldo da Corte, Carlos dos Ramos Andrade e Cátia Pereira Pita. Como independente: Charl Rafael Macedo da Silva. Pelo Partido Socialista: João de Abreu Gomes. Como representantes das Juntas de Freguesia, estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (PJF Ribeira Brava), João Batista Pereira Silva (PJF Campanário), Francisco Paulo Pestana (PJF Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (PJF Tabua).-----

-----Estiveram ainda presentes, o Presidente da Câmara Municipal Ricardo António Nascimento, Vice-Presidente Rafael João Figueira Sousa, Vereador Paulo Santos Andrade, Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, Vereador Manuel Inácio da Corte, Vereador Jorge Manuel Faria dos Santos e o Vereador Horácio dos Ramos Ferreira. -----

-----Pelos quinze horas e quinze minutos, verificada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia tomou a palavra:-----

-----“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, Exmos. Srs. Deputados Municipais, Exmo. Sr. Presidente da Associação Desportiva do Campanário, Srs. Municípes, os meus respeitosos cumprimentos. Antes de dar início aos trabalhos queria tecer umas breves palavras de agradecimento à Associação Desportiva do Campanário, na pessoa do seu presidente Dr. Luís Drumond, por toda a amabilidade em disponibilizar as instalações e toda a logística, de forma gratuita, para a realização desta sessão da Assembleia Municipal, junto da população do Campanário.-----

-----Esta reunião foi convocada para promover a proximidade e descentralização das reuniões da Assembleia Municipal, tendo como objetivo aproximar todos os munícipes das decisões políticas relacionadas com o concelho da Ribeira Brava, principalmente, facilitar aos cidadãos que vivem fora da sede do concelho, a oportunidade de participarem nas sessões da Assembleia Municipal, com sugestões construtivas e/ou dúvidas. Vamos então dar início aos trabalhos. Estamos hoje reunidos para dar seguimento à 7ª reunião ordinária da Assembleia Municipal. Iniciando os nossos trabalhos, solicitava que desligassem ou colocassem em silêncio os telemóveis.”-----

-----Constatada a existência de quórum deu-se início ao período Antes da Ordem do Dia. Assim, de acordo com o artigo 18º do regimento vamos passar à apreciação e votação da ATA da última reunião.-----



Fito Abreu
CS
CS

-----Dando continuidade aos nossos trabalhos Cumpre-me informar que: -----
-----O Deputado Charl Rafael Macedo da Silva eleito pelo partido Juntos Pelo Povo (JPP) se desvinculou do referido partido político, e vai continuar a exercer o seu mandato como independente conforme o nº. 4 do Artigo 46.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----
-----Os Srs. Deputados Bruno Mino Garcês Mendes Correia e Hélder Manuel Gouveia Gomes, pediram substituição por ausência inferior a 30 dias, nos termos do artigo nº 78 da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, tendo sido substituídos respetivamente pela Sra. Deputada Teresa de Jesus Pestana e pelo Sr Deputado Celestino Gomes Sebastião” -----
-----A Deputada Teresa Nunes pediu esclarecimento sobre a data de início da substituição por ausência inferior a 30 dias, dos Deputados Bruno Mino Garcês Mendes Correia e Hélder Manuel Gouveia Gomes.-----
-----A Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata nº 6, de dezanove de junho do ano de dois mil e dezoito. Tendo sido aprovada por maioria. Votos a favor: dez RB1, seis PSD, um PS, um IND e três abstenções do PSD. Não votaram Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes (PSD), José Jorge Fernandes de Ornelas (PSD), Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas (RB1), e Zélia Maria Pereira da Encarnação (RB1), por faltarem à última reunião.-----
-----Nesta Reunião estava agendada a seguinte ordem de trabalhos: -----
-----**Ponto 1** – Informação financeira do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira em conformidade nos termos do disposto do n.º 2, alínea c) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----**Ponto 2** - Discussão e votação da proposta para isenção de custos com transporte para alunos do 1º ciclo. -----
-----**Ponto 3** - Discussão e votação da proposta do projeto de relevante interesse municipal do Hotel do Campo, juntamente com o relatório de ponderação dos contributos apresentados durante o período de discussão pública em conformidade com o artigo n.º 82 do PDM (Plano Diretor Municipal).-----
-----**Ponto 4** - Discussão e votação do Regulamento do conselho municipal de juventude da Ribeira Brava, nos termos do disposto do nº 1, alínea g) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
-----**Ponto 5** - Apreciação do Relatório semestral de acompanhamento ao plano saneamento financeiro 1º semestre de 2018, nos termos do disposto do n.º 6 do artigo 59.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
-----**Ponto 6** - Apreciação da informação económica e financeira, relatório do 1º semestre de 2018, nos termos do disposto da alínea d) do artigo 77.º da lei 73/2013, 3 de setembro. -----
-----**Ponto 7** - Discussão e votação da taxa municipal pelos direitos de passagem para o ano de 2019, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -
-----**Ponto 8** - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI para o ano de 2018, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
-----**Ponto 9** - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI familiar para o ano de 2018, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
-----**Ponto 10** - Discussão e votação da fixação da taxa de IRS da participação para o ano de 2019, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
Ponto 11 - Discussão e votação do Regulamento de taxas e outras receitas do município da Ribeira Brava, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) e g) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----
-----No período Antes da Ordem do Dia, houve uma interpelação da Deputada Teresa Nunes no que diz respeito ao lugar ocupado na Assembleia pelo Deputado Rafael Macedo como



Ribeira Brava
es
calh

Independente, desvinculado do JPP, pelo que deixa de ser líder de bancada.-----
-----A Deputada Teresa Nunes pediu esclarecimento sobre a obra do Sr. Jordão e sobre para quando a evolução e conclusão da mesma.-----
-----O Sr. Presidente Ricardo Nascimento, agradeceu a Associação de Campanário a disponibilidade do espaço e em relação a obra informa que a mesma encontra-se em estudo com três Entidades envolvidas: a Direção Regional de Estradas, o promotor da obra e a Câmara Municipal da Ribeira Brava. Referiu ainda que a Direção Regional de estradas contratou um técnico especialista a nível de escarpas na Madeira, que esta a elaborar um estudo sobre o que deverá ser feito, pelo que aguarda a reunião com o mesmo.-----
-----A Deputada Teresa Nunes reformulou a questão sobre o responsável do restabelecimento da estrada.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que o promotor é o responsável e no caso de recusa, alguém terá de assumir, no entanto o mesmo mostra interesse em continuar com a obra, tendo efetuado o pagamento das taxas após a derrocada. A estrada tem problemas de longa data e esta será uma oportunidade para restabelecer esta situação.-----
-----O Deputado Gilberto Andrade questionou o Sr. Presidente sobre quem suporta os custos com o engenheiro e questionando anteriormente se a estrada estava a ser monitorizada o promotor da obra disse publicamente que só avançaria se tivesse apoio do Governo ou da Câmara. Sendo assim pretende continuar com a obra ou não.-----
-----O Sr. Presidente afirmou que os custos com engenheiro especialista em taludes são suportados pela Direção Regional de Estradas, que a estrada está a ser monitorizada pela empresa construtora sendo registados os movimentos e pelo que sabemos, até ao momento, não houve mais movimentações do talude que suporta a estrada regional-----
-----O Deputado Gilberto Andrade reformulou a questão afirmando que uma das soluções seria “avançar” o edifício junto a estrada, neste sentido qual seria a posição da Câmara.-----
-----O Sr. Presidente afirmou que o loteamento foi aprovado em 1998 contemplando estacionamento, uma doca para autocarros e passeio pedonal. Eventualmente haverá uma alteração eliminando a doca de autocarros, no entanto até agora esta alteração não foi apresentada pelo promotor. A Câmara tenta dar condições para a continuidade do investimento.-----
-----O Deputado João Gomes sugeriu a reabertura da marginal da Tabua de forma a assegurar as condições de segurança da população em causa de catástrofe. Alertou também para o fato da necessidade rápida de repor o bom funcionamento da ETAR da Tabua.-----
-----O Sr. Presidente afirmou que a ETAR da Tabua é da responsabilidade da empresa Águas e Resíduos da Madeira e não da Câmara Municipal da Ribeira Brava, no entanto tem havido alertas constantes por parte do executivo camarário para a situação da ETAR, havendo um compromisso verbal que se resolverá nos próximos tempos.-----
-----A Deputada Zélia Encarnação interveio sobre os apoios da Câmara à educação.-----
-----O Sr. Presidente informou que haverão apoios às creches e ensino pré-escolar, a partir de janeiro, no pagamento do valor da mensalidade no valor de vinte e cinco por cento, aos primeiros e segundos ciclos apoio com manuais. No segundo, terceiros ciclos e secundário, apoio no material escolar. Referiu também que a bolsa ao ensino superior aumentou para o valor de quinhentos euros anuais. Não sendo um incentivo à natalidade e sim um apoio às famílias na melhoria da sua situação socioeconómica.-----
-----O Deputado Rafael Macedo afirmou ter achado estranho o licenciamento de uma obra numa zona onde já se previa uma derrocada, questionou se esta situação foi salvaguardada tendo feito estudos para isso, ou não. Alertou também para o facto de que havendo uma catástrofe na



F. L. Alves
es
can

Ribeira Brava, não existe nenhuma saída de emergência e que a marginal poderia servir de “corredor” de saída. -----

-----O Sr. Presidente afirmou que o licenciamento da obra foi realizado em 2007/08 pela CMRB. No que diz respeito à marginal, a mesma tem muito material inerte, sendo necessário pensar numa solução para o mesmo, além disso existe um projeto de consolidação da escarpa para colocar no terreno nos próximos tempos. Relativamente às especialidades do projeto em questão, existem termos de responsabilidades apresentados por engenheiros. -----

-----O Deputado Rafael Macedo reforçou a ideia de que todos os pormenores deverão ser devidamente pensados e estudados na aprovação deste tipo de obras. -----

-----A Deputada Cátia Pita colocou as seguintes questões ao Sr. Presidente: O projeto desta obra foi aprovado aquando do anterior mandato; a contenção de terras teria de ser fiscalizada pela CMRB ou não?; o engenheiro responsável pela obra acumulava funções, se sim quais?; existe ou não seguro da obra, que deveria contemplar este tipo de ocorrência?; qual o valor para a requalificação desta área?. -----

-----O Sr. Presidente afirmou que o projeto de arquitetura desta obra foi deferido em 2007/08, faltando a entrega das especialidades, o que se realizou no anterior mandato. Há dois engenheiros responsáveis pela obra: o da especialidade e o da empresa. As especificidades de cada um é necessário consultar o processo de licenciamento. O valor para a requalificação desta área só poderá ser avaliado após o projeto de reabertura da estrada. -----

-----A Deputada Cátia Pita afirmou que a caducidade do projeto de arquitetura não existe, no entanto, o licenciamento da obra só é feita após a entrega das especialidades. Questionou ainda sobre o seguro da obra, que poderia ajudar a reconstrução da mesma. -----

-----O Sr. Presidente reafirmou que a entrega das especialidades e de todos os documentos para a escavação foram entregues no passado mandato, ao qual vimos este tipo de obras como sendo necessárias para o concelho, pois por exemplo existe a necessidade de apartamentos para venda na Ribeira Brava. -----

-----O Deputado Marco Junqueira interveio sobre a existência de um esgoto a céu aberto no Campanário, e se a ARM tem conhecimento do mesmo, o que pretende fazer. -----

-----O Sr. Presidente afirmou que a ARM em parceria com a CMRB pretende resolver os problemas essenciais como é o caso das águas residuais do sítio Tranqual (Campanário), será feita uma ETAR compacta, que foi votada contra em reunião de Câmara pelo PSD o parecer não vinculativo sobre essa obra, favorável condicionado pelo RB1 desde que seja levada em conta a manutenção do ex-libris que é o Calhau da Lapa. Existem esgotos a desaguar nos ribeiros que têm que ser resolvidos da melhor forma. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade interveio sobre a responsabilidade do licenciamento da obra ter sido feito pelo presidente da Câmara, no seu mandato anterior. Questionou ainda a segurança da escarpa da marginal da Ribeira Brava / Tabua. -----

-----O Deputado Marco Martins interveio chamando à atenção para a necessidade de perder tempo em resolver o problema e não em encontrar o(s) culpado(s). Essa parte é da responsabilidade das entidades competentes que avaliam. Existem situações que convém programar antecipadamente no caso de ocorrer uma catástrofe. -----

-----No período da ordem do dia, foram abordados os seguintes pontos: -----

-----**Ponto 1** – Informação financeira do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira em conformidade nos termos do disposto do n.º 2, alínea c) do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Tomada a palavra, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o trabalho da autarquia tem sido constante nas várias áreas de atuação, embora na época de verão com menos intensidade



F. Andrade
CS
CALV

devido aos períodos férias dos nossos colaboradores. A preparação dos nossos arraiais principalmente nas limpezas dos referidos sítios. Abordou também as empreitadas que estão no terreno, nomeadamente: a construção do caminho agrícola do pedregal que ficará concluída no próximo mês, a construção do caminho agrícola da Fonte Pinheiro, o começo do caminho da Levada do Barqueiro, o ultimar de procedimentos para o início das obras do caminho agrícola do Chapim e conclusão do ramal 2 Vigia, cuja inauguração está prevista para a próxima quinta feira as dezassete e trinta, onde estão todos convidados. O Sr. Presidente realçou também para o facto do Centro de Atividades Ocupacionais já se encontrar na Tabua, em que existe protocolo com a Camara Municipal para a realização de transportes. Ao nível social realçou também a entrega de cerca de noventa cartões do idoso, o apoio ao nível da educação, a colocação no terreno da Universidade Sénior. Finalizou enaltecendo o esforço do governo regional para o fato de ter investido no helicóptero de combate ao fogo, que se tornou numa mais valia para controle dos incêndios que tivemos no nosso concelho. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade deu a razão ao Sr. Presidente no que respeita à utilização do helicóptero nos fogos do concelho. Apresentou as seguintes questões: A intervenção no espaço da Tulha, a antiga lota de Campanário, para a Associação de Pais, qual é o ponto de situação?; o caminho do Pedregal / Longueira, para quando estaria prevista a sua conclusão?; alertou ainda para os esgotos a céu aberto no sítio do Tranqual, não concordando com a instalação da ETAR compacta no Campanário; no que diz respeito ao acesso ao banco Santander Totta por parte dos utentes com mobilidade reduzida, qual o ponto de situação; perguntou o motivo de não licenciar a abertura de novos cabeleireiros no Campanário. Perguntou ainda sobre a colocação dos painéis de azulejos elaborados por alunos da Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade. -----

-----O Sr. Presidente respondeu que o espaço da Tulha foi cedido à Associação de Pais do Campanário, para ser recuperado será necessário aguardar. No que respeita à ETAR do Campanário, os problemas daquela zona foram apresentados numa reunião no início deste mandato à Sra. Secretária do Ambiente, sendo que naquela zona há esgoto a transbordar para a ribeira que desagua no Calhau da Lapa. O acesso aos utentes de mobilidade reduzida foi autorizado pela Câmara, no entanto cabe ao banco agora iniciar as obras de construção. A Câmara não licencia cabeleireiros, pelo que desconhece a situação. Os painéis de azulejos é uma situação que diz respeito à Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade, mas estamos disponíveis para colaborar, se a mesma o solicitar. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade reformula a questão sobre a ETAR, visto o parecer não ser vinculativo, no entanto o Presidente da Câmara deu um parecer positivo em relação a este assunto. -----

-----O Presidente da Câmara informou que o parecer foi favorável, mas condicionado, tendo em conta as características únicas do Calhau da Lapa. -----

----- Deputado João Gomes questionou sobre o ponto de situação do Túnel do Espigão; sobre as más condições do Cais da Ribeira Brava. No que se refere à Universidade Sénior (USRB), questionou sobre o critério de seleção do corpo docente e se o mesmo já foi feito e sobre o plano curricular. Questionou ainda sobre a existência de um protocolo para o pagamento dos professores da USRB; alertou para a alteração do trânsito aquando do fecho da rua Padre Gil não ter sido devidamente comunicada à população, qual a previsão no caso de chuvas? -----

-----O Sr. Presidente respondeu que foi lançado o concurso para o traçado original do Túnel do espigão; a APRAM esta a elaborar o projeto esperando que o concurso Cais da Ribeira Brava para seja lançado ainda este ano. No que se refere à USRB, temos vários voluntários e existe um pedido para um professor disponibilizado pela Secretaria Regional de Educação. A Alteração de



R. L. Abreu
e. B.
com

trânsito foi publicada em Editais. Relativamente a parte pedagógica da USBR, foi dado a palavra ao Vice-Presidente Rafael Sousa. -----

-----O Vice-Presidente afirmou que a data prevista para o início das aulas é dia um de outubro com um professor e protocolos com diversas associações desportivas. -----

-----O Deputado João Gomes reformulou a questão sobre a gestão do Cais da RB e sobre o traçado do Túnel do Espigão. -----

-----O Sr. Presidente respondeu que a gestão do Cais da RB cabe à APRAM e não à CMRB. O trajeto do túnel será alterado pela ARM desconhecendo o novo projeto. -----

-----O Deputado Marco Junqueira questionou ao Dep. Gilberto Andrade no que diz respeito à questão da ETAR. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade responde que apenas transmite o reflexo das preocupações da população. -----

-----O Deputado Marco Junqueira reformulou, questionando se a população tem conhecimento sobre os efeitos na saúde e no ambiente. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade responde que essa questão cabe aos técnicos. -----

-----A Deputada Cristina Basílio questionou o Vice-Presidente quanto ao horário de funcionamento da USBR a quantidade de créditos a ganhar ou não. -----

-----O Vice-Presidente Rafael Sousa, respondeu que o horário será das nove às vinte horas e a certificação pela USBR será a nível formal e não curricular. -----

-----O Deputado Rafael Macedo salientou que o GR apresentou resistências no que respeita à vinda do helicóptero e sua utilização no combate de incêndios, sugeriu ao Sr. Dep. Gilberto Andrade o envio de uma carta ao PSD com todas as questões colocadas. -----

-----**Ponto 2** - Discussão e votação da proposta para isenção de custos com transporte para alunos do 1º ciclo. -----

-----O Sr. Presidente Ricardo Nascimento informou que os alunos que frequentem o 1º ciclo ficarão isentos do pagamento do passe. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade interveio salientando que é uma medida positiva para as famílias do concelho. -----

-----Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Grupo de Deputados RB1, em declaração de voto salientou que este é um contributo importante na valorização da educação e apoio às famílias. -----

-----**Ponto 3** - Discussão e votação da proposta do projeto de relevante interesse municipal do Hotel do Campo, juntamente com o relatório de ponderação dos contributos apresentados durante o período de discussão pública em conformidade com o artigo n.º 82 do PDM (Plano Diretor Municipal). -----

-----O Presidente da Câmara alertou que este projeto é de relevante interesse municipal para o concelho. -----

-----A Deputada Cátia Pita questionou, no âmbito do PRIM, deveria ter sido aprovado antes ou após a construção. -----

-----O Presidente responde que a obra está licenciada. O PRIM permite um aumento do índice de construção e que a Câmara possa isentar ou reduzir algumas taxas. -----

-----A Deputada Cátia Pita alertou se já está licenciado, qual é o objetivo? -----

-----O Presidente da Câmara afirmou desconhecer as pretensões do promotor. -----

-----O Deputado João Gomes alertou para o problema de poder exceder o índice de construção. -----

-----Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor do RB1, 11 do PSD, 1 do IND e 1 abstenção do PS. -----

-Em Declaração de Voto o Grupo Parlamentar do PS absteve-se por achar estranho a nível



F. A. Abreu
215
dlm

cronológico este pedido, pois não isenta de taxas que já foram pagas.-----

-----**Ponto 4** - Discussão e votação do Regulamento do conselho municipal de juventude da Ribeira Brava, nos termos do disposto do nº 1, alínea g) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. ----O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vice-Presidente Rafael Sousa que afirmou que este é um regulamento já existente e por motivos de lei regional foi necessário fazer algumas alterações para ser ativado de forma a dar continuidade a este trabalho.-----

-----Colocado a votação, foi aprovado por Unanimidade.-----

-----**Ponto 5** - Apreciação do Relatório semestral de acompanhamento ao plano saneamento financeiro 1º semestre de 2018, nos termos do disposto do n.º 6 do artigo 59.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----

-----**Ponto 6** - Apreciação da informação económica e financeira, relatório do 1º semestre de 2018, nos termos do disposto da alínea d) do artigo 77.º da lei 73/2013, 3 de setembro. -----

-----**Os Pontos 5 e 6**, foram discutidos e apreciados ao mesmo tempo. -----

-----O Presidente da Câmara tomou a palavra afirmando que algumas despesas e investimentos por parte da Câmara foram realizados na parte social e obras públicas no âmbito do PRODERAM, no que se refere a despesas com o pessoal registou-se um aumento ligeiro. No entanto a aquisição de bens e serviços ficou abaixo do previsto. Referiu a nível da receita que os impostos diretos a nível do IMI; IUC e IMT tiveram um valor semelhante ao do ano anterior. Foi realizado um trabalho constante na redução da dívida da autarquia, estando as nossas contas saudáveis e com capacidade de endividamento. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade interveio valorizando o trabalho feito no que se refere ao pagamento de faturas no período máximo de dezassete dias. Questionou se este será o último relatório do saneamento financeiro do corrente ano. -----

-----O Presidente da Câmara afirmou que provavelmente será apresentado um outro relatório, no entanto muito semelhante a este. -----

- ----O Deputado Gilberto Andrade interveio para a necessidade de esclarecer dúvidas válidas dos munícipes. -----

-----**Ponto 7** - Discussão e votação da taxa municipal pelos direitos de passagem para o ano de 2019, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Presidente da Câmara tomou a palavra afirmando que o município propõe a aplicação da taxa municipal de 0,25% pelos direitos de passagem.-----

-----Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

-----**Ponto 8** - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI para o ano de 2018, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro.-----

-----O Presidente da Câmara afirmou que o valor da taxa de IMI para o ano de 2018 será afixado em 0,8% para imóveis rústicos e 0,3% para imóveis urbanos.-----

-----Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade -----

-----em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do PSD justificou a aprovação por considerar que a fixação deste imposto no valor mínimo irá se traduzir na redução dos encargos mensais das famílias e por conseguinte permitir que este valor seja canalizado para outras despesas essenciais no dia-a-dia das mesmas.-----

-----Em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do RB1 congratulou-se por esta medida beneficiando as famílias. -----

-----**Ponto 9** - Discussão e votação da fixação da taxa de IMI familiar para o ano de 2018, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----

-----O Presidente da Câmara afirmou que as famílias com filhos terão uma redução do IMI no valor de 20€ para um dependente, no valor de 40€ para dois dependentes e no valor de 70€



F. Almeida
CNS
Calm

para três ou mais dependentes.-----

----Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade-----

----Em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do PSD justificou a aprovação por se tratar de uma medida de apoio social às famílias numerosas, que visa diminuir os encargos mensais para estes agregados familiares.-----

----Em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do RB1 justificou a aprovação desta medida pelo benefício às famílias numerosas.-----

----**Ponto 10** - Discussão e votação da fixação da taxa de IRS da participação para o ano de 2019, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro. -----

----O Presidente da Câmara afirmou que compete o município a fixação de 5% do IRS dos municípios para fins de alguns trabalhos a realizar no município.-----

----Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com 12 a favor do RB1, 1 do PS, 1 do IND e 11 abstenções do PSD-----

----Em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do PSD justificou a abstenção, não por estar contra o valor fixado, mas por considerar e recomendar que o executivo camarário deveria ponderar, já para o próximo ano, a devolução deste valor às famílias, tendo em conta também que o município encontra-se com melhor saúde financeira.-----

----**Ponto 11** - Discussão e votação do Regulamento de taxas e outras receitas do município da Ribeira Brava, nos termos do disposto do nº 1, alínea b) e g) do artigo 25.º da lei 75/2013, 12 de setembro.-----

----O Presidente da Câmara tomou a palavra apresentando varias soluções no que refere ao regulamento de taxas nos vários serviços e outras receitas do município.-----

----O Deputado João Gomes questionou acerca do critério para o uso gratuito do parque da escola Básica da RB, pelo facto de haver funcionários municipais que lá estacionam impedindo os pais das crianças de poderem usufruir deste espaço.-----

----O Presidente da Câmara afirmou que houve um acordo entre a escola e a Câmara, no entanto existe uma proposta que visa uma redução em 50% no pagamento das mensalidades dos parques municipais durante as obras de recuperação da escola.-----

----Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com 12 do RB1, 1 do PS, 1 do IND e 11 abstenções do PSD.-----

----Em declaração de voto, o grupo de Deputados Municipais do PSD justificou a abstenção por entender que as medidas e taxas aplicadas no regulamento deveriam ser acompanhadas da devida fundamentação económico/financeira, para melhor entendimento.-----

----De seguida, foi dada a palavra ao público. O Sr. Manuel Agostinho da Côrte referiu ter um processo no instituo de habitação desde abril de 2018 e que neste momento vive num anexo sem condições com a sua companheira. Gostaria de saber qual o ponto da situação, uma vez que a Câmara está a par do mesmo.-----

----A Deputada Luísa Ponte questionou se o executivo poderia ajudar no âmbito do projeto de reabilitação de imóveis.-----

----O Sr. Presidente respondeu que a obra é ilegal, não tendo cumprido os requisitos.-----

----A Vereadora Sandra Vilanova, afirmou que o terreno não cumpre os afastamentos, pelo que foi pedida habitação social ao IHM. O mesmo ficou de enviar um técnico para avaliar esta situação, a ADBRAVA também tem conhecimento da mesma. O Sr. terá de insistir junto ao IHM.-

----Foi dada a palavra a Sra. Agostinha Estelina da Côrte que afirmou estar alojada neste momento num hotel da Ribeira Brava, pelo fato da sua casa situada no Poço Caminho - Lombo Cesteiro, não ter condições de habitabilidade, querendo saber qual o ponto da situação, pois não quer mudar de alojamento continuamente.-----



-----A Vereadora Sandra Vilanova, afirmou que a Câmara; o IHM e Seg. Social estavam a articular uma solução de alojamento permanente para esta senhora, que deverá ser resolvida brevemente.-----

-----O Presidente da Associação Desportiva do Campanário (ADC), Sr. Luís Drumond enalteceu a iniciativa de realizar a reunião de assembleia nas instalações da ADC. Agradeceu ainda a Câmara pelo seu empenho na atividade do associativismo. Aproveitou ainda a ocasião para referir que o Calhau da Lapa está com constrangimentos no seu cais e congratulou a solução encontrada pelo executivo para facilitar a sua acessibilidade através da estrutura lá colocada. No entanto, a retirada da mesma foi feita muito cedo e sem a mesma não é possível o acesso por via marítima, especialmente por parte das pessoas que querem usufruir das casas no Calhau da Lapa. Alertou para o facto da zona circundante, às instalações da ADC apresentar um problema de estacionamento. A zona do viaduto foi expropriada, mas ainda não foi reestruturada de forma a beneficiar a população. Considera ser um problema de “prioridade um” a ser solucionado integrando as várias partes, a ADC, a Escola de Condução de Campanário e a população. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade interveio questionando da existência ou não do projeto-----

-----O Presidente da Câmara afirmou que a retirada da estrutura no calhau foi realizada por condições meteorológicas adversas. Referiu que existe um projeto de aproveitamento da área expropriada incluindo a colocação de bandas sonoras ao lado da sede da ADC, embora ainda não tenha havido um aval positivo da parte do GR para a utilização destes terrenos, é necessário aguardar pela autorização do mesmo. -----

-----O Deputado Gilberto Andrade sugeriu utilizar o espaço da habitação expropriada como armazém pela Junta de Freguesia e/ou outros. -----

-----O Sr. Domingos Sousa Andrade questionou sobre a escola do Lugar da Serra, qual a ideia do executivo para este espaço. Em relação as aulas de ginástica, estas seriam uma mais valia para dinamização do local.-----

-----O Presidente da Câmara alertou para o facto da verificação da escola que terá de ser dinamizada com a ADC e a Casa do Povo do Campanário, tendo em conta que o acesso à mesma é problemático devido à falta de documentos por parte de uma herdeira que se encontra algures no Brasil, impedindo assim a legalização do mesmo.-----

-----O Sr. Domingos questiona ainda sobre a distribuição de água de rega, pois não tem recebido água.-----

-----O Vereador Paulo Andrade sugeriu que alguém da associação de água de rega ficasse responsável pela distribuição da água assim como pelo alerta de avarias.-----

-----Por último a Assembleia Municipal, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião pelas dezanove horas e vinte e seis minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu Maria Natália Gonçalves da Silva, Primeira Secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Senhora Presidente da Assembleia e o Segundo Secretário, depois de aprovada na próxima Sessão de Assembleia Municipal. -----

Presidente: Rita Maria dos Ramos de Abreu;

1º Secretário: Maria Natália Gonçalves da Silva;



2º Secretário: José Carlos de Abreu Gonçalves;

José Carlos de Abreu Gonçalves